



Seguro para fundos de pensão para empresa liberar passivos

Roberta Porcel (*)

Empresas que possuem benefícios como renda vitalícia ou seguro de invalidez e morte precisam reconhecê-los nos seus balanços como compromissos futuros

A regulamentação do Seguro de Longevidade, anunciada pela Susep no dia 3 de maio, criou uma esperança no mercado de que em breve os fundos de pensão possam ter ao seu dispor um seguro acessível para terceirizar os riscos de sobrevivência dos assistidos à expectativa de vida média e de desvio das hipóteses biométricas.

Esse produto era muito aguardado. Ele já vinha sendo desenvolvido pelas seguradoras com apoio das consultorias e corretoras de seguros, mas sem uma definição clara de regras pelo órgão regulador, o custo ainda era muito alto. Com a publicação da Susep, a expectativa é que o produto se torne viável financeiramente.

A demanda existe. Empresas que possuam em seus pacotes de benefícios itens de risco como renda vitalícia ou seguro de invalidez e morte precisam reconhecê-los nos seus balanços como compromissos futuros. Uma forma de liberar esses passivos é terceirizando integralmente os riscos com a contratação de seguros.

Os números do setor impressionam. As entidades fechadas de previdência complementar

possuem R\$ 790 bilhões de patrimônio. O valor representa 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao todo, são 920 planos. Como a resolução da Susep trata de diferentes formas de remuneração para as seguradoras, ainda não é possível mensurar o volume de prêmios desse mercado potencial e nem mesmo fazer estimativas.

Em algumas modalidades previstas, os pagamentos são diluídos durante todos os anos de contribuição do beneficiário. Em outras, serão realizados pagamentos únicos, com valores muito mais elevados. A maioria dos fundos de pensão prevê a expectativa de vida média de 83 anos para homens e 85 anos para mulheres. Mas a expectativa de vida real depende muito do grupo avaliado - é preciso avaliar a população de empresa para empresa e de plano para plano.

Em média, podemos dizer que não há, hoje, uma lacuna muito grande entre a expectativa de vida e a sobrevivência. Mas, independentemente disso, o formato das pirâmides etárias deve se transformar no Brasil, com tendência de envelhecimento e aumento da longevidade da população. Então, além de uma preocupação das empresas com seus passivos, essa é uma questão importante para o cenário futuro da demografia nacional.

(*) - É líder de Consultoria em Previdência e Serviços Atuariais da consultoria e corretora de seguros Aon.

Câmara: reforma da Previdência tem votação marcada para início de junho

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, marcou para o período entre 5 e 12 de junho o início das discussões em Plenário sobre a proposta de reforma da Previdência

Segundo ele, a Câmara tem um compromisso com a recuperação econômica, com a geração de empregos e com a redução da taxa de juros no País. "Precisamos ter todas as nossas energias focadas na agenda econômica, que garante desenvolvimento social para todos."

Na primeira manifestação após o STF autorizar a abertura de inquérito contra o presidente da República, Michel Temer, Maia reconheceu a gravidade da situação. Para ele, a atual crise só poderá ser superada com paciência e com o fortalecimento das instituições, para que cada Poder cumpra o seu papel constitucional. "A Câmara e sua presidência não serão instrumentos para desestabilização do governo. O Brasil já vive uma crise muito profunda para que esta Casa cumpra



Rodrigo Maia defendeu a continuidade das votações na Câmara, em especial sobre os temas ligados à recuperação da economia.

um papel de desestabilização maior", afirmou.

"Neste momento, eu trabalho mais com a relação entre os Poderes, mais com a harmonia, e menos com uma independência

que pode gerar desestabilização. Nossa independência é para que tenhamos uma pauta, e é a pauta econômica. O resto vamos trabalhar de forma harmônica", continuou. Para Maia,

Temer terá oportunidade de se defender durante o inquérito, que apura denúncias dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do grupo J&F, que controla o frigorífico JBS.

No pronunciamento, Maia defendeu ainda a continuidade das votações na Câmara e anunciou para esta semana a análise, em Plenário, da proposta que regulariza incentivos fiscais dados pelos estados a empresas. Duas MPs também podem ser votadas. A que permite o abatimento de dívidas com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de créditos tributários (recursos a receber) e prejuízos fiscais de anos anteriores. Já a outra aumenta as carências para concessão de benefícios do seguro do INSS (Ag.Câmara).

CCJ adia debate da PEC de Eleições Diretas; aliados tentaram obstruir

Em menos de uma hora de trabalho, a Comissão de Constituição e Justiça suspendeu reunião que iria discutir e votar ontem (23) a proposta que ficou conhecida como PEC de Eleições Diretas. Sob protestos da oposição, o presidente da Comissão, deputado Rodrigo Pacheco, anunciou a suspensão da reunião devido ao início da Ordem do Dia no plenário da Casa. Pelo regimento da Câmara, quando o plenário começa votação da pauta, as comissões não podem deliberar sobre nenhuma matéria.

Os opositoristas criticaram a decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de abrir a sessão do plenário com pouco mais de 50 deputados presentes. Antes da suspensão da reunião, a base aliada do governo na Câmara tentou obstruir o andamento da reunião. A proposta em discussão, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), prevê a convocação de eleições diretas no caso de vacância da Presidência da República, exceto nos seis últimos meses do mandato.

Se os cargos de presidente e vice-presidente da República ficarem vagos, a eleição deve ocorrer 90 dias depois de aberta a última vaga. Se a vacância dos cargos ocorrer nos últimos seis meses do mandato, a PEC estabelece que a eleição será feita pelo Congresso em 30 dias. A aprovação da proposta é defendida pelos deputados da oposição, principalmente depois da divulgação de denúncias envolvendo o presidente Michel Temer em esquema de pagamento de propina e troca de favores com empresários do grupo JBS, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato.

Os opositoristas pedem o impeachment de Michel Temer e querem evitar a possibilidade de o Congresso escolher um presidente interino. Já a base aliada quer a manutenção do texto constitucional vigente, que estabelece a realização de eleições indiretas (quando cabe ao Parlamento escolher) em caso de vacância dos cargos de presidente da República e vice (ABR).

Defesa de Aécio recorre ao STF para retomar mandato

A defesa do senador Aécio Neves recorreu ontem (23) ao STF para revogar a decisão que afastou o parlamentar do cargo. Na semana passada, ao atender a um pedido cautelar da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro Edson Fachin decidiu afastar Aécio das funções parlamentares após o senador ter sido gravado em uma conversa com o empresário Joesley Batista.

No recuso, além de pedir que Aécio Neves retome o mandato, os advogados sustentam que a investigação não deve permanecer com Edson Fachin e que a decisão do ministro não poderia ser tomada individualmente, mas pela Segunda Turma do STF. "Com todo o respeito, num cenário tal é absolutamente temerário aplicar a um senador da República medida dessa gravidade e violência, que lhe retira do cargo para o qual - insista-se - foi eleito pelo povo, especialmente porque,



Senador Aécio Neves.

rememoremos, não há expressa autorização legal e constitucional para medida dessa natureza que, ao fim e ao cabo, revolve princípios básicos de separação de poderes", diz a defesa.

De acordo com as investigações, baseadas nas delações dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, Aécio recebeu R\$ 2 milhões em propina. Na semana passada, após Aécio Neves ser afastado do cargo

pelo ministro, a assessoria do parlamentar afirmou que ele está absolutamente tranquilo quanto à correção de todos os seus atos. "No que se refere à relação com o senhor Joesley Batista, ela era estritamente pessoal, sem qualquer envolvimento com o setor público". A defesa do senador informou que sua intenção era vender a Joesley um imóvel para pagar a dívida (ABR).

Médicos e empresários defendem certificação para óculos e lentes

Alex Ferreira/Ag.Câmara



Segundo a Associação da Indústria Óptica, um em cada dois óculos são comprados no mercado paralelo ou na economia informal.

Oftalmologistas e representantes da indústria óptica defenderam, ontem (23), a certificação obrigatória de óculos e lentes. A medida está prevista no projeto do deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que foi discutido em audiência pública na Comissão de Seguridade Social. Segundo os médicos, o uso de óculos de grau ou de sol de baixa qualidade pode gerar danos à saúde do indivíduo, como o aparecimento da catarata - que poderia ser evitada com lentes de sol com filtro de raios ultravioletas - e problemas relacionados ao contato da pele com substâncias nocivas, liberadas por armações.

"Preocupa-nos muito o problema dos óculos no mercado paralelo e a falta de consulta médica. Isso faz com que haja uma maior quantidade de cegos, uma cegueira que poderia ser prevenida nos consultórios", observou o médico oftalmologista Marcos Ávila, que representou o Conselho Federal de Medicina (CFM)

na reunião. Dados citados pelo representante da Abióptica, Leôncio Queiroz, apontam que, no Brasil, um em cada dois óculos são comprados no mercado paralelo ou na economia informal. "Cinquenta por cento dos pacientes estão colocando a visão em risco", alertou Queiroz.

Para reduzir essa porcentagem, ele recomendou também a criação de um selo que permita ao consumidor identificar os óculos de qualidade. "O preço menor e a falta de selo fazem muitas pessoas acreditarem que todos os óculos são iguais. Um selo permitiria a identificação rápida de óculos com garantia de qualidade no mercado", acredita. Ao lado dos óculos de qualidade, os participantes do debate alertaram para a necessidade de consultas com médicos oftalmologistas, realizadas com instrumentos de medida bem calibrados, para que o paciente saia com a prescrição exata dos óculos a serem confeccionados.

Relator antecipa sistema eleitoral misto para 2022

O deputado Vicente Candido (PT-SP) antecipou na nova versão do seu relatório à Comissão Especial da Reforma Política a adoção do sistema eleitoral misto para 2022. O relatório parcial 3/17 apresentado no início do mês, previa esse sistema apenas a partir de 2026. A nova versão foi apresentada ontem (23), no início da reunião da comissão especial

Pelo sistema misto, metade dos eleitos virá da lista fechada; e a outra metade, do sistema distrital, que é majoritário (vence o candidato que levar o maior número de votos no distrito). Para as eleições de 2018 e 2020 a proposta define a lista pré-ordenada pelos partidos. Segundo o relator, a Justiça Eleitoral afirmou não ser possível dividir o País em distritos já para as eleições do ano que vem.

Candido disse ter atendido "o clamor da sociedade" por mudanças no sistema político-eleitoral. "O sistema é o mais promissor para reverter o quadro da grave crise política



Relator, deputado Vicente Candido (PT-SP).

brasileira", disse o deputado no relatório. O modelo atual de eleição de deputados e vereadores é o sistema proporcional. São eleitos os que obtiverem mais votos dentro de uma combinação de votos próprios e da coligação ou da legenda.

Candido também alterou o valor do financiamento de campanha por pessoa física. O relatório original estabelecia cinco salários mínimos como teto. Na nova versão, o limite

de doação sobe para 10% do rendimento declarado no IR do último ano - como prevê a lei atual - ou dez salários mínimos, o que for menor. Outra mudança é a obrigação de um candidato de cada sexo por partido, coligação ou federação nas eleições para o Senado com duas vagas. Candido acatou sugestão da deputada Eliziane Gama (PPS-MA) para fortalecimento da participação feminina no Legislativo (Ag.Câmara).

Aprovada proposta que estabelece correção do FGTS pela Selic

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) conseguiu aprovar na Comissão de Educação do Senado ontem (23), voto em separado a cinco projetos do Senado que tratam de novas possibilidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesse voto, Anastasia eliminou qualquer nova modalidade de saque, mesmo reconhecendo fins "nobres e

meritórios" em algumas delas. A questão será analisada, agora, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A aprovação do voto em separado de Anastasia acabou inviabilizando relatório da senadora Ana Amélia (PP-RS), que recomendava o seu acolhimento com uma emenda, e a rejeição dos demais projetos. Ao mesmo tempo em que re-

cusou novas possibilidades de saque do FGTS, o voto em separado estabeleceu a revisão do saldo das contas do fundo pela taxa Selic. Na avaliação de Anastasia, o maior problema do FGTS é o baixo rendimento de seus depósitos, inferior à inflação.

Parte dessa situação foi contornada, conforme destacou no voto, quando medida

provisória delegou ao Conselho Curador do fundo distribuir 50% do resultado positivo na forma de crédito nas contas vinculadas com saldo positivo em 31 de dezembro de 2016. A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o senador Pedro Chaves (PSC-MS) elogiaram as medidas propostas por Anastasia ao FGTS (Ag.Senado).